

# O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres

**Cecilia M. B. Sardenberg**

Pós-Doutorado pelo Institute of Development Studies (IDS) - Inglaterra. Doutora em Antropologia Social pela Boston University (BU) - Estados Unidos. Professora titular de Antropologia do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador, BA – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5848359202151995>

*E-mail:* ceciliasard@gmail.com

Submetido em:30/09/2017. Aprovado em: 29/11/2017. Publicado em: 13/08/2018.

## RESUMO

Na história dos movimentos de mulheres, os grupos de conscientização, reflexão e ação feministas, bem como as oficinas de sensibilização para gênero tiveram – e continuam tendo - papel fundamental no desmonte do patriarcado. Neste trabalho, pretendo resgatar um pouco dessa história, para pensarmos sobre a relevância desses espaços de conscientização e ação coletiva para o empoderamento de mulheres na atualidade. Para tanto, inicio com uma discussão sobre diferentes abordagens no tocante a poder e empoderamento de mulheres, com ênfase nas abordagens que enfatizam os processos de conscientização e ação.

**Palavras-chave:** Empoderamento de mulheres. Oficinas de autoconscientização feminista. Conscientização e ação coletiva. Movimento feminista. Movimento de libertação das mulheres.

## ***The personal is political: feminist consciousness-raising and women's empowerment***

### ABSTRACT

*In the history of women's movements, feminist consciousness raising and action groups, as well as gender awareness workshops have - and continue to have - a fundamental role in the destruction of patriarchy. In this work, I intend to recover some of this history, to think about the relevance of these spaces of consciousness raising and collective action for the empowerment of women today. To do so, I begin with a discussion of different approaches to power and women's empowerment, with emphasis on approaches that emphasize consciousness-raising processes and collective action.*

**Keywords:** *Women's empowerment. Feminist consciousness-raising groups. Consciousness-raising and collective action. Feminist movement. Women's liberation movement.*

## **Lo personal es político: concientización feminista y empoderamiento de mujeres**

### **RESUMEN**

*En la historia de los movimientos de mujeres, los grupos de concientización, reflexión y acción feministas, así como los talleres de sensibilización para el género tuvieron - y siguen teniendo - papel fundamental en el desmonte del patriarcado. En este trabajo, pretendo rescatar un poco de esa historia, para pensar sobre la relevancia de esos espacios de concientización y acción colectiva para el empoderamiento de mujeres en la actualidad. Para ello, empieza con una discusión sobre diferentes enfoques en cuanto a poder y empoderamiento de mujeres, con énfasis en los enfoques que enfatizan los procesos de concientización y acción.*

**Palabras clave:** *Empoderamiento de mujeres. Talleres de autoconciencia feminista. Conscientización y acción colectiva. Movimiento feminista. Movimiento de liberación de las mujeres.*

### **INTRODUÇÃO**

Foi em fins dos anos 60, a partir da experiência dos grupos de conscientização feministas criados como parte do Women's Liberation Movement, nos Estados Unidos, que se forjou a expressão: 'o pessoal é político'. Esses grupos reuniram, originalmente, mulheres ativistas, a maioria de inclinação socialista e autoidentificadas como 'radicais', para discutir questões pertinentes ao "ser mulher" na sociedade americana. Inspirando-se, para tanto, nas técnicas utilizadas por revolucionários chineses conhecidas pela expressão "Falar da Dor" (*Speak Bitterness*) e assim superá-la, as participantes trocavam suas vivências e experiências, constatando que suas relações afetivas e familiares também se caracterizavam como relações de poder nas quais as mulheres se viam em situação de desvantagem (HANISH, 1970; SARACHILD, 1973).

Em pouco tempo, esses grupos se multiplicaram nas principais cidades americanas, passando a congregar, em média, de 6 a 15 mulheres, que se reuniam uma vez por semana, geralmente na casa de uma das participantes, para discutirem temas de seu interesse, tais como sexualidade, maternidade, relações afetivas e de trabalho. A partir da reflexão do grupo sobre essas vivências nas quais se refletia a dominação patriarcal, ações coletivas para o seu desmonte eram então planejadas e levadas a termo, prática que se difundiu por todos os Estados Unidos, sendo posteriormente incorporada ao movimento internacional (FREEDMAN, 2014; FREEMAN, 1975).

O movimento feminista da chamada 'segunda onda' tornou-se, assim, verdadeiramente revolucionário, como um movimento que não apenas renasceu, mas também criou suas estratégias de luta – sua práxis política - a partir da troca de experiências e vivências de mulheres e sua reflexão e ação coletivas (FREEMAN, 1975; MORGAN, 1970; NICHOLSON, 1995).

O processo de socialização das experiências permitiu às mulheres constatarem que os problemas vivenciados no seu cotidiano tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas. Veio daí a afirmativa 'o pessoal é político', questionando não apenas a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública, como também uma concepção do político que toma as relações sociais na esfera pública como sendo diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida 'privada'. Na medida em que a dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias. As relações interpessoais e familiares se caracterizam também como relações de poder entre os sexos e gerações, não sendo 'naturais', mas socialmente construídas e, assim, historicamente determinadas, passíveis de transformação (SARDENBERG; COSTA, 1994). Tal como expresso em um manifesto de 1969, do grupo feminista Redstockings, de Nova Iorque, que tomava a expressão "o pessoal é político" como máxima:

Por ter vivido tão intimamente com nossos opressores, isoladas uma das outras, ficamos impedidas de ver nosso sofrimento pessoal como uma condição política. Isso cria a ilusão de que o relacionamento de uma mulher com seu homem é uma questão de interação entre duas personalidades únicas e pode ser elaborado individualmente. Na realidade, cada tipo de relacionamento é um relacionamento de classe e os conflitos entre homens e mulheres individuais são conflitos políticos que só podem ser resolvidos coletivamente (*Manifesto de Redstockings* em MORGAN, 1970: 533-534).<sup>1</sup>

Segundo Carol Hanisch (2006), jornalista autora do texto “The Personal is Political”, no qual a expressão “o pessoal é político” foi usada pela primeira vez, o título veio da parte de Shulamith Firestone e Anne Koedt (1970), organizadoras da coletânea *Notes from the Second Year: Women’s Liberation*, na qual o artigo foi originalmente publicado. Diz Hanisch que seu texto começou como simples *memo* escrito por ela, em fevereiro de 1969, para o grupo de mulheres da Southern Conference Educational Fund (SCEF), em resposta a outro *memo*, escrito por colega de lá que duvidava se o Women’s Liberation Movement era realmente ‘político’, vez que a tal técnica de ‘conscientização’ não passava de uma ‘terapia de grupo’. Conforme contesta Hanisch (1969, p.p.3-4) no artigo original:

A própria palavra ‘terapia’ é obviamente inapropriada se levada a sua conclusão lógica. Terapia assume que alguém esteja doente e que exista uma cura, por exemplo, uma solução pessoal. Para começar, sinto-me muito ofendida só com a idéia de que eu ou qualquer outra mulher precise de terapia. As mulheres foram desempoderadas, não são desajustadas! Precisamos mudar as condições materiais objetivas, não ajustarmo-nos a elas. Terapia implica a noção de que o desajuste é uma alternativa pessoal.

[...]

Então, a razão pela qual eu participo dessas reuniões não é para resolver qualquer problema pessoal. Uma das primeiras coisas que descobrimos nesses grupos é que os problemas pessoais são políticos. Não há soluções pessoais neste momento. Existem apenas ações coletivas para soluções coletivas.

Por certo, essas reuniões dos grupos feministas não se dedicavam à ‘terapia de grupo’, mas à conscientização política – faziam, por assim dizer, “terapia política” (HANISCH, 1969, p.4). Facilitavam a tomada de consciência sobre a situação das mulheres e de fatores que respondem pela nossa subordinação na sociedade, deslançando um processo de conscientização – um processo gradual e doloroso para todas nós, mulheres, mas também profundamente empoderador e transformador, tanto no plano individual quanto coletivo. De fato, acredito que a tomada de consciência é a condição primordial no deslançar do processo de empoderamento, sobretudo quando acontece a partir da troca de vivências e experiências e reflexões coletivas, que levam a uma ação coletiva transformadora (SARDENBERG, 2009).

Falo aqui não apenas a partir de minha experiência, vivenciando esse processo como parte de um grupo de jovens mulheres em meados dos anos 1970, como também por já ter coordenado, como facilitadora em diferentes projetos de intervenção, oficinas de sensibilização que propiciam a conscientização de outras mulheres. Acredito que, na história dos movimentos de mulheres, os grupos de conscientização, reflexão e ação feministas, bem como as oficinas de sensibilização tiveram – e continuam tendo – papel fundamental no desmonte da dominação patriarcal. Neste trabalho, pretendo resgatar um pouco dessa história, para pensarmos sobre a relevância desses espaços de conscientização e ação coletiva para o empoderamento de mulheres na atualidade.

## PODER E EMPODERAMENTO DE MULHERES

Creio ser necessário iniciar esta discussão delineando o que se entende aqui por empoderamento, vez que se trata de termo usado amplamente por diferentes agentes e diferentes tradições de pensamento, com conotações e desdobramentos bastante divergentes (SARDENBERG, 2009). Na verdade, não existe consenso quanto ao que venha a ser empoderamento, tampouco no que se refere aos processos e ações que, de fato, contribuem nesse sentido. Para além de simples divergências de cunho teórico-metodológico, porém, tem-se as de ordem política, o que resulta em perspectivas fundamentalmente distintas, até mesmo

<sup>1</sup> A tradução desse texto e todos os demais incluídos neste artigo são de minha responsabilidade.

conflitantes, no que diz respeito ao empoderamento de mulheres (SARDENBERG, 2009; 2015).

Ressalte-se que, tanto como conceito quanto prática, empoderamento tem origens radicais, tendo sido inicialmente utilizado por ativistas feministas para se pensar poder em outras bases, com vistas ao desmonte do patriarcado e transformação da situação das mulheres (AITHAL, 1999; BATLIWALA, 1993; 2007). Posteriormente, tornou-se objeto de teorização, ganhando espaço nas perspectivas teóricas feministas sobre “poder” (ALLEN, 2005). Mais recentemente, porém, o termo foi apropriado nos discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo, nesse processo, suas conotações mais radicais ao ser transplantado para um quadro teórico-metodológico e político neoliberal (AITHAL, 1999; SARDENBERG, 2009).

A despeito dos múltiplos usos do termo ‘empoderamento’, contudo, sustento que podemos pensar em duas abordagens distintas, sob as quais se subsumem diferentes conotações do conceito. De um lado, a abordagem que identifico como “empoderamento na perspectiva liberal”, entende empoderamento como apenas um instrumento para o desenvolvimento. Em compasso com os pressupostos e ideais neoliberais, nessa perspectiva a ênfase é colocada no crescimento individual, mas em uma perspectiva atomista, baseada na noção de uma ação racional de atores sociais com interesses próprios (ROMANO, 2002),

Já do outro lado, tem-se a perspectiva do “empoderamento para a libertação”, na qual as relações de poder são vistas como questão central, tomando o empoderamento de mulheres tanto como “processo pelo qual as mulheres conquistam autonomia, quanto como um instrumento para o desmonte das estruturas patriarcais” (SARDENBERG, 2015, p.183). Ressalte-se que essa abordagem enfatiza as articulações e organizações de mulheres e sua ação coletiva, não menosprezando, porém, o importante processo de empoderamento no plano pessoal (SARDENBERG, 2009).

É nessa abordagem “libertadora” que se concentram as perspectivas feministas ditas radicais, para quem esse processo implica “mudanças na distribuição do

poder, tanto no nível das relações interpessoais quanto nas instituições da sociedade” (STROMQUIST, 2002, p.28). No plano pessoal, o empoderamento de mulheres se refere aqui ao processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, enquanto no plano político diz respeito ao desenvolvimento da força política e social das mulheres como um grupo ou minoria. Mas um depende do outro, ambos trabalhando no sentido da libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero patriarcal.

Com efeito, na perspectiva feminista, empoderamento é pensado como uma jornada se desenrolando, gradativamente, com a conscientização e poder coletivo de mulheres. Nessa perspectiva, empoderamento não é entendido como algo que possa ser dado ou repassado para outrem, mas sim, tal como se dava nos grupos de conscientização feministas, como um processo de auto reconhecimento e reconhecimento das desigualdades de gênero, bem como do “direito de ter direitos” e de agir no sentido de provocar mudanças estruturais em prol de uma sociedade mais igualitária (RAI, 2007).

No pensamento feminista, “poder” é o conceito fundamental para se pensar “empoderamento”, contudo, é fato que se trata também de um dos conceitos mais controversos na teoria política e social. Na perspectiva de Max Weber, por exemplo, tem-se a noção do “poder sobre”, ou seja, da noção do poder de uns sobre outros, ao passo que na de Thomas Hobbes, a conotação é de “poder para”, quer dizer, do poder de se obter algum bem futuro (in ALLEN, 2005, p.1). As duas posições se manifestam também no pensamento feminista, todavia a questão do poder não tem sido necessariamente básica para todas as diferentes perspectivas feministas (OUTSHOORN, 1987, p.25). Na verdade, a noção de que mulheres constituem uma categoria oprimida tem sido geralmente associada com o feminismo radical, sobretudo com o conceito de ‘patriarcado’. Foi com esse conceito que a opressão da mulher começou a ser entendida como “estruturalmente intrincada em leis e instituições” (OUTSHOORN, 1987, p.27), e não apenas como uma questão de atitudes e comportamento individual.

Uma cientista política da Leiden University (Bélgica), Joyce Outshoorn (1987, p.p. 27-28), argumenta que o paradigma dominante da opressão, no qual as mulheres são vistas como “vítimas, dominadas e impotentes”, começou a se desintegrar no final da década de 1970. Segundo ela, vários fatores contribuíram para tanto, mais notavelmente, mudanças nas noções dominantes de “poder”, com destaque para a mudança de ênfase que decorreu das noções de “poder sobre” para “poder para”, isto é, para uma noção de “poder habilitador”. Para Outshoorn, a mudança em nível teórico trouxe duas respostas distintas. Em abordagens feministas radicais, tornou-se um meio de romper com a visão unidimensional da determinação estrutural, acrescentando a ideia de “resistência” à opressão, proposta por Foucault, para quem a “resistência” era o inevitável companheiro de poder. De acordo com Outshoorn (1987, p.28), isso, por sua vez, levou a uma tendência feminista radical de dicotomizar a história por meio da redução das experiências e do comportamento das mulheres, em qualquer categoria, à resistência ou à revolta.

Uma resposta diferente ocorreu em círculos políticos progressistas, tendo por base a ideia de poder como algo que se poderia possuir e que, portanto, “se os homens têm poder, então as mulheres devem tentar obtê-lo também, para mudar a sociedade” (OUTSHOORN, 1987, p.28). Essa noção foi posteriormente incorporada na perspectiva neoliberal, de sorte que “[...] o poder tornou-se algo que se poderia aprender a operar; um tópico popular para o último ramo da versão feminista da indústria de crescimento pessoal e treinamento de assertividade” (OUTSHOORN, p.29).

Segundo a filósofa e professora da Pennsylvania State University Amy Allen (1999; 2005), podemos pensar atualmente em três grandes abordagens feministas ao poder. A primeira toma “poder como recurso”, tal como indicado também por Outshoorn, estando relacionada ao pensamento feminista liberal. Nessa perspectiva, o poder é considerado um bem social positivo, mas que é distribuído de forma desigual entre homens e mulheres.

Assim, o objetivo da ação feminista liberal é redistribuir esse recurso para que as mulheres tenham poder igual ao dos homens (1999, p.8). Contudo, essa abordagem trata o poder como coisa que se possui, em vez de vê-lo como algo relacional, deixando também de esclarecer os contextos mais amplos, sociais, institucionais e estruturais que moldam as relações de poder interpessoais. Mas o problema maior é que nessa abordagem poder é concebido como algo estático, como um padrão de distribuição, como algo cristalizado e não como um processo, como interação, como ação, noções importantes para se pensar em transformação.

A perspectiva de “poder sobre” corresponde à segunda abordagem principal do poder na teoria feminista, que Amy Allen denomina “poder como dominação”, reconhecendo quatro perspectivas distintas dentro desta abordagem mais ampla: a) “fenomenológica”; b) “radical”; c) “feminista socialista”; e d) “pós-estruturalista”. A influência do pensamento de Foucault sobre o poder se manifesta, sobretudo na última abordagem. Embora esteja fora do alcance deste artigo discutir a análise de Foucault sobre o poder e sua relevância para a teoria feminista, bem como tecer maiores considerações sobre feminismo e pós-estruturalismo, é oportuno aqui trazer alguns pontos em comum que encontraram eco no pensamento e na análise feminista. O mais importante é precisamente a centralidade do poder no pensamento de Foucault e sua noção de poder como uma “relação de força” que circula em todos os âmbitos da vida social (FOUCAULT, 1978, p.93).

Paralelamente à sua visão dos “micropoderes” - do poder que flui em toda a vida social - a análise de Foucault traz apoio à noção de que “o pessoal é político” apresentado pelo feminismo ocidental da segunda onda (MOSEDALE, 2003, p.7). Da mesma forma, a noção de poder de Foucault como força produtiva, bem como suas discussões sobre o “poder disciplinar”, têm sido fundamental para a análise feminista da internalização da ideologia patriarcal pelas mulheres e da criação de “corpos domesticados” femininos.

Note-se, porém, que o pensamento de Foucault sobre poder também tem sido objeto da crítica feminista. Segundo a filósofa marxista-feminista Nancy Hartsock (1987b), por exemplo, Foucault discute o poder na perspectiva do “colonizador”, logo, não pode formular uma teoria de poder de fato útil para as mulheres. Para ela, Foucault não aborda as relações estruturais de desigualdade e dominação da perspectiva dos/as dominados/as. Hartsock afirma (em que eu concordo) que, como feministas, precisamos conceituar o poder a partir da perspectiva das mulheres; precisamos de uma teoria do poder para as mulheres. Ao fazê-lo, precisamos ver o poder como “capacidade ou habilidade”, especificamente, a capacidade de transformar a nós mesmas e o mundo que nos cerca. Precisamos pensar em um “poder transformador” e nos empoderar.

De acordo com Hartsock, essa compreensão do poder é “energia e competência em vez de dominância”, é um entendimento que nos remete a Hannah Arendt e sua discussão sobre “autonomia comunitária e coletiva”. Isso também nos remete a ideia do “poder com”, ou seja, de uma habilidade coletiva baseada em relações de reciprocidade entre membros de um grupo. Para Hartsock, a análise do poder como capacidade ou como “empoderamento” é uma teoria feminista do poder, pois aponta para direções mais libertárias. Em suas palavras:

Devemos, portanto, distinguir entre teorias de poder sobre mulheres - teorias que podem incluir a subjugação das mulheres como outra variável a ser considerada; e teorias do poder para as mulheres - teorias que começam a partir da experiência e do ponto de vista dos dominados. Tais teorias dariam atenção não só às formas como as mulheres são dominadas, mas também às suas capacidades, habilidades e pontos fortes. Em particular, essa teoria usaria essas capacidades como guias para uma potencial transformação das relações de poder - isto é, para o empoderamento das mulheres como um grupo, não apenas como mulheres. Pode-se pensar em casos semelhantes para outros grupos marginalizados (HARTSOCK, 1987b, p.99).

Argumenta a filósofa feminista Monique Deveaux (1994), da University of Guelph, no Canadá, que o tratamento do poder em Foucault obscurece as experiências pessoais por trás do ativismo.

O envolvimento em ações transformadoras também propicia empoderamento pessoal, algo que a análise de poder de Foucault nos impede de ver ou conceitualizar, da mesma forma que não nos oferece instrumentos de análise no que diz respeito a situações em que o objetivo não é agir sobre outro em uma relação de poder, ou resistir às tentativas de conduta governante ou a manifestação local de poder, referindo-se, ao invés, a esforços cooperativos voltados tanto para a transformação política, quanto para o empoderamento pessoal ou a conscientização. Segundo Deveaux (1994, p.242): “A teoria de Foucault dá pouca margem para um relato dos processos envolvidos no desenvolvimento de capacidades pessoais e coletivas para o ativismo político. O empoderamento não é simplesmente algo a ver com ações sobre agentes em uma relação de poder e, portanto, não pode ser entendido dentro dos limites dessa análise.”

Note-se que a noção de “poder como empoderamento” representa a terceira abordagem feminista do poder reconhecida por Amy Allen (2005; 1999). Argumenta essa autora que tal abordagem se desenvolveu como resultado das limitações do “poder como recurso” e “poder como dominação” em lidar com o poder que as mulheres podem exercer mesmo em sociedade dominada por ordem patriarcal:

As feministas que conceitualizam o poder como empoderamento, naturalmente, reconhecem que, nas sociedades patriarcais, os homens estão em posição de domínio sobre as mulheres; mas elas optam por se concentrar em uma compreensão diferente do poder: o poder como a capacidade de capacitar e transformar-se, de transformar os outros e o mundo (ALLEN, 1999, p.18).

Srilatha Batliwala (1994, p.131), renomada socióloga indiana, conhecida por suas reflexões sobre o empoderamento de mulheres, defende que esse processo envolve o questionamento das relações patriarcais, o que, por sua vez, exige que as mulheres primeiro “reconheçam a ideologia que legitima a dominação masculina e compreendam como ela perpetua sua opressão”. Ademais, diz ela, “as mulheres devem estar convencidas de seu

direito inato à igualdade, dignidade e justiça” (1994, p.132). Ressalta, porém, que esse processo de mudança não começa “espontaneamente da condição de subjugação”, precisando muitas vezes ser induzido externamente. Aqui, então, as organizações de mulheres desempenham papel fundamental em reunir as mulheres para o seu “empoderamento mútuo”.

Juntamente com outras feministas do Sul (LEÓN 2001, por exemplo), Batliwala afirma que o conceito de empoderamento assim concebido é um contributo das chamadas Feministas do Terceiro Mundo, emergindo como parte de suas tentativas de articular o pensamento feminista com os princípios de educação popular, como explicitado na “Pedagogia dos Oprimidos” de Paulo Freire (BATLIWALA, 1994, p.127). Elas também reconhecem o contributo do pensamento de Gramsci, particularmente em relação à importância de elaborar mecanismos participativos para a construção de instituições mais justas e não exploradoras. E lembram ainda, tal como Bruera e González (2006, p.69), que o termo empoderamento foi usado pela primeira vez na década de 1960 no Movimento de Direitos Civis nos Estados Unidos, tendo sido apropriado por feministas na década de 1980.

Eu acrescentaria que essa conceitualização do empoderamento também está alinhada com as noções básicas dos grupos de conscientização dos feminismos ocidentais de segunda onda, aqui sob análise, que proporcionaram forma e conteúdo ao trabalho político-pedagógico desenvolvido pelos educadores populares (SARDENBERG, 2011).

Para Batliwala (1994, p.128), embora o conceito de empoderamento tenha essas raízes, foi mais bem articulado apenas em meados da década de 1980, particularmente por feministas ligadas a DAWN/MUDAR. De especial atenção foi o documento da plataforma “Desenvolvimento, Crises e Visões Alternativas”, de Gita Sen e Caren Grown (1987), preparado e distribuído pela DAWN em oficinas nas quais cerca de 15 mil mulheres participaram no Fórum de ONG da III Conferência Mundial das Mulheres,

realizada em Nairobi em 1985. Nesse trabalho, as autoras também formularam propostas alternativas de mudança, trazendo uma visão do empoderamento de mulheres com base na ação coletiva. Sublinharam que o caminho para o empoderamento das mulheres tem que ser pavimentado por transformação estrutural, através de ações que promovam mudanças radicais nas instituições de dominação patriarcal. Mais importante ainda, elas enfatizaram que o empoderamento de mulheres deve ser pensado e articulado não apenas em termos de desigualdades de gênero, mas também em termos de desigualdades de classe, raça, etnia e outros determinantes sociais entre as mulheres, bem como das posições desiguais do Norte e do Sul na arena global (SEN; GROWN, 1987).

Vale lembrar que o documento da DAWN/MUDAR, mais tarde publicado como livro, ganhou forte popularidade - e não apenas entre as feministas do Sul. O livro popularizou o termo “empoderamento”, que levou a sua eventual apropriação - ou apropriação indevida - por agências bilaterais. Contudo, a noção de empoderamento que essas agências propagam difere consideravelmente do seu significado original no pensamento feminista. Como se viu, há ambivalências, contradições e paradoxos nos usos do conceito, como é frequentemente usado como substituto da integração, participação, identidade, desenvolvimento e planejamento e quase nunca com referência às suas origens emancipadoras (LEÓN. 1997).

De fato, em artigo bastante desafiador, a filósofa americana Ann Ferguson (2004:01), da University of Massachusetts, assim pergunta: “O desenvolvimento pode criar o empoderamento e a libertação das mulheres”? Ela observa que, “como objetivo geral, o empoderamento foi descrito como um processo político e material que aumenta o poder individual e grupal, a autossuficiência e a força”. No entanto, ela argumenta, “há duas maneiras de definir o empoderamento”. A primeira, aqui associada ao “empoderamento liberal”, define-o como um processo em que os indivíduos se envolvem para ter acesso aos recursos, a fim de

alcançar resultados em seu próprio interesse. Para isso, “mudanças econômicas, legais e pessoais seriam suficientes para que os indivíduos se empoderassem, sem que para tanto fosse necessária a organização política dos coletivos em que esses indivíduos estão situados”. A segunda maneira de pensar sobre o empoderamento é mais voltada para ações coletivas, enfatizando o aumento “do poder material e pessoal que ocorre quando grupos de pessoas se organizam para desafiar o status quo através de algum tipo de auto-organização do grupo” (2004, p.1). Essa compreensão do empoderamento, aqui denominada “empoderamento para a libertação”, é uma perspectiva compartilhada pela maioria das feministas latino-americanas que abordam questões de poder/capacitação (SARDENBERG, 2009).

É certo que, embora deslanchado coletivamente, ou por agentes externos, o processo de empoderamento é também um processo de transformação pessoal. E, como bem observa Gaul Rabia Ali, jovem antropóloga paquistanesa, trata-se de uma “jornada íntima e contínua de mudança pessoal e autoconsciência, que envolve negociações constantes e sofrimento” (2013, p.1). Nesse plano o empoderamento acontece quando mulheres desejam, lutam por e conseguem trazer mudanças substantivas nas relações de poder em todos os âmbitos de suas vidas, sendo que, para tanto, é necessário que elas tenham consciência de sua posição de desvantagem em determinado contexto social. Trata-se de processo de crescente ‘agenciamento’, no qual poder e subordinação estão sendo constantemente negociados, e no qual as relações de poder são questionadas pela renegociação de regras e responsabilidades (*ibid.*: p.3). É uma jornada relacional, contextualizada e que demanda muito de nós (*ibid.*: p.15); trata-se de um processo que leva à construção de um “poder de dentro”, identificado com o crescimento da autoestima, fator central no empoderamento pessoal.

Podemos, então, resumir as perspectivas feministas sobre as distintas formas de poder como faz a socióloga Sarah Mosedale (2005, p.249), a quem

tomo a liberdade de parafrasear, a saber: *poder sobre* – como no caso de A tem poder sobre B, referindo-se à dominação, subordinação, dominação/resistência; *poder de dentro* - que se refere à autoestima, autoconfiança; *poder para* - em relação à capacidade para fazer algo; trata-se do poder que alarga os horizontes do que pode ser conquistado por uma pessoa, sem necessariamente estreitar, invadir, os limites de outra pessoas (ex., aprender a ler); *poder com* - o poder solidário, que se compartilha numa ação coletiva.

A noção de empoderamento pensada por feministas implica mais o *poder de dentro*, o *poder para* e o *poder com*, ou seja, as formas de poder que podem ser exercidas por mulheres, mesmo em uma situação de patriarcado. Não por acaso, como observa a cientista política indiana Shirin Rai (2002, p.134), as feministas têm usado o termo empoderamento em preferência a poder por muitas razões, destacando-se, dentre elas: a) o maior foco nos oprimidos, ao invés de nos opressores; b) a ênfase em “poder para” em vez de começar com “poder sobre” e, portanto; c) sua insistência no “poder como algo que capacita, como competência no lugar de dominação”. E podemos acrescentar, no “poder com”, aquele exercido nas ações coletivas, transformadoras (SARDENBERG, 2009).

## GRUPOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

É importante lembrar que romper com as amarras dos condicionamentos da dominação patriarcal e, em especial, com a subordinação, não é algo instantâneo, ou que se processe de forma linear, mas sim resultado de processo gradual, muitas vezes prenhe de incertezas e contradições. Ademais, ainda que esse processo possa ser desencadeado individualmente, a partir da leitura, por exemplo, é certamente muito mais eficaz quando se desenrola coletivamente. Nesse tocante, em depoimento sobre sua experiência em um grupo de conscientização, a socióloga feminista Vivian Gornick, autora de vários livros, assim se expressou:

“Fiquei no meio da minha própria experiência, girando e girando, em todas as direções. Vi uma sala cheia de mulheres, também virando e girando ... É um momento de alegria, quando um número suficientemente grande de pessoas é galvanizado por uma explicação social de como suas vidas tomaram forma e elas estão reunidas [...], falando a mesma língua, fazendo a mesma análise, reunindo-se repetidas vezes ... pelo prazer de elaborar a visão e repetir a análise”.(apud FREEDMAN, 2014, p.4)

Katie Sarachild (1973), membro do grupo feminista New York Radical Women, um dos primeiros a trabalhar com esse método de conscientização, relata como se desenrolou esse tipo de abordagem. Dois objetivos guiavam as reflexões e ações do grupo: por um lado, como radicais, as integrantes do grupo queriam chegar às raízes da subordinação das mulheres na sociedade e, de outro, se propunham a deslanchar amplo movimento de mulheres para pôr fim a essa situação. Acreditavam que, para tanto, seria necessário desenvolver estudos para conhecer em maior profundidade a condição das mulheres, em vez de desenvolverem ações aleatórias, sem maiores fundamentos. Em uma ocasião, o grupo discutia justamente qual seria sua próxima ação, quando Ann Forer, uma das integrantes, declarou: “Acho que ainda temos muito a fazer no sentido da nossa conscientização.” E prosseguiu: “Eu estou apenas começando a pensar as mulheres como um grupo oprimido. E, cada dia, estou aprendendo mais sobre isso – meu grau de conscientização aumenta” (Apud SARACHILD, 1973, p.144).

A discussão que se seguiu levou à decisão de se reunirem dali em diante para se aprofundarem na questão da ‘conscientização’, discutindo tópicos sobre infância, trabalho, maternidade, etc., a partir da própria experiência.

Conforme enfatiza a escritora anarco-feminista norte-americana Alix Kates Shulman (1980, p.594), a conscientização nesses grupos não era uma “técnica para fazer as pessoas se sentirem melhores em relação a si mesmas ou para curar seus problemas pessoais”, mas, sobretudo, uma “ferramenta política”. Argumenta Shulman que, até então, os ‘especialistas sobre mulheres’ tinham sido homens, que “se beneficiaram de perpetuar certas ideias”. Eram, portanto, suspeitos.

Para entender melhor a situação das mulheres na sociedade, tornava-se então necessário partir da própria experiência e sentimentos das mulheres:

“Queríamos entender a verdade sobre como as mulheres se sentiam, como víamos nossas vidas, o que nos foi feito e como funcionávamos no mundo. Não como devíamos nos sentir, mas como realmente nos sentíamos. Este conhecimento, obtido através de um exame honesto de nossa própria experiência pessoal, agrupar-nos-ia para nos ajudar a descobrir como mudar a situação das mulheres. Essas primeiras reuniões foram como discussões transformadoras da vida porque nosso objeto era justiça para todas as mulheres. Tivemos que dizer a verdade; tudo dependia disso. Nós íamos mudar o mundo” (SHULMAN, 1980, p.p.594-595).

Loretta Ross, cofundadora e ex-coordenadora Nacional do Coletivo de Justiça Reprodutiva das Mulheres de Cor, descreve como as histórias narradas nos grupos de conscientização contribuíram também para a criação de uma cultura feminista, estreitando ainda mais as relações entre mulheres:

“Podemos ter mais formalmente chamado de “conscientização”, mas, em essência, contávamos histórias para nos reivindicar e a nossa humanidade. Criamos uma cultura feminista com essas histórias, não através de narrativas de lógica e estrutura, mas criando instantâneos verbais das experiências vividas das mulheres. Não precisamos contar a mesma história para ressoar umas com as outras. Cada história foi única, mas o ato de contar nossas histórias criou vínculos fortes entre mulheres diversas que trabalharam juntas para mudar nossas realidades.” (apud FREEDMAN, 2014, p.3).

Com efeito, nesses grupos era possível pensar coletivamente como gênero e processos de subordinação das mulheres eram reproduzidos e se manifestavam em nossas vidas – e como seria uma sociedade mais justa. Os grupos criavam um espaço aberto e acolhedor para que as mulheres pudessem falar de sua vida e questionar as tradições e visões patriarcais sobre o ser mulher, até mesmo as próprias, destrinchando suas raízes sociais e possíveis formas de erradicá-las.

Minha experiência em um grupo de conscientização se deu nos Estados Unidos, no início dos anos 1970, experiência essa fundamental para a minha tomada de consciência sobre a força do patriarcado e meu engajamento, até hoje, nos movimentos feministas.

Na primeira reunião que participei, discutia-se violência sexual. Eu nunca havia falado sobre isso antes, mas impulsionada pelos depoimentos das mulheres ali presentes, consegui relatar uma experiência que há muito escondera de mim mesma. Foi quando eu ainda era uma menina de apenas 12 anos e um estranho, escondido na entrada de uma vilinha perto da minha casa, em São Paulo, me chamou para vê-lo se masturbando. Eu corri para casa morrendo de medo e de vergonha, porque havia olhado para o pênis do assediador, como se a culpada por tudo isso fosse eu. Discorrendo sobre esse fato na reunião e constatando como esse tipo de assédio sexual é comum nas sociedades patriarcais, tendo algo semelhante acontecido com outras participantes do grupo, pude por fim 'me perdoar' por algo que eu não tinha culpa e por não ter tido a coragem de denunciar o ocorrido, para tirar o verdadeiro culpado das ruas. Ponto para a minha autoestima, ponto para o meu processo de conscientização e, em tempo, para ações coletivas de combate à violência contra mulheres.

Com efeito, é bom lembrar que a troca de vivências e experiências sobre violência nesses grupos levou à constatação de que a violência doméstica contra mulheres e meninas é fenômeno muito maior e com raízes mais profundas do que se imaginava. Não por acaso, dos grupos de conscientização surgiram as Casas Abrigo, Centros de Atendimento a vítimas de estupro (Rape Crisis Centers) e grupos de apoio para mulheres em situação de violência, ou seja, da reflexão coletiva surgiram ações transformadoras, de apoio a mulheres (DOBASH; DOBASH, 1992). Podemos assim dizer que se caminhou tanto no sentido do empoderamento pessoal quanto do coletivo, criando-se condições para o enfrentamento da violência contra mulheres.

Da mesma forma, a troca de experiências sobre sexualidade, gravidez e parto, contracepção, esterilização, aborto, masturbação, doenças sexualmente transmissíveis e outras questões dessa ordem, em grupos de conscientização em Boston, acabou levando à extensa pesquisa, cujos resultados foram publicados originalmente em 1970, em linguagem clara e sem jargões, no livro *Our Bodies Ourselves*, pelo Boston Women's Health Book Collective (1970). Mesmo sem distribuição

comercial, foram vendidas mais de 230.000 cópias da obra, logo no primeiro ano, sendo esse trabalho descrito pela historiadora feminista Linda Gordon (2008), professora da New York University, como "a contribuição feminista mais valiosa para o mundo." Falando sobre o sucesso internacional desse livro, hoje já traduzido para várias línguas e com cerca de 4 milhões de cópias, Linda Gordon (2008) ressaltou que:

O conteúdo radical do livro teria sido inconcebível sem o contexto dos direitos civis / nova esquerda/ feminismo. O livro incluía uma crítica de esquerda da medicina em uma economia corporativa. Desenhos gráficos detalhados de genitais, com pêlos púbicos e a variedade de hímens que diferentes mulheres podem ter; uma discussão do sexo que apresentou heterossexualidade, lesbianismo, masturbação e celibato como igualmente saudáveis; uma seção sobre o aborto que disse às leitoras onde iriam para obtê-lo, então ilegalmente em Massachusetts ou legalmente no exterior, e estimou os custos dessas opções - este não era o seu folheto político de esquerda padrão.

Destaque-se que o grupo originalmente responsável, o Coletivo de Saúde de Mulheres de Boston, sediado em Cambridge, Massachusetts, foi um dos que obtiveram maior sucesso e continuidade nos Estados Unidos. Esse grupo liderou o movimento de saúde da mulher e direitos reprodutivos nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980, desenvolvendo práticas de autoconhecimento do corpo e levantando questionamentos às práticas médicas e jurídicas estabelecidas que têm historicamente roubado, das mulheres, a autonomia e direitos sobre o próprio corpo. Muitas das campanhas hoje divulgadas, inclusive por órgãos governamentais em todo o mundo (como é o caso da campanha do exame preventivo, atualmente endossada pelo Ministério da Saúde no Brasil), têm origem nos movimentos de saúde da mulher, encabeçadas por grupos semelhantes ao Coletivo de Saúde das Mulheres de Boston (SARDENBERG, 2011).

Sabe-se que, no Brasil, os primeiros grupos de reflexão feministas surgiram no Rio de Janeiro e São Paulo no início dos anos 1970, caracterizando-se, então, apenas como grupos de mulheres intelectualizadas, que se reuniam para leitura e reflexão conjunta sobre textos produzidos

por feministas no exterior. As reuniões eram secretas, dada a repressão política instalada no país em 1964. A partir de 1975, entretanto, com a proclamação do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas, novos grupos começaram a se formar, como grupos de reflexão e ação feministas (SARDENBERG; COSTA, 1993).

Por incorporar, sobretudo, mulheres ligadas ou que se identificavam, de uma maneira ou de outra, com os movimentos sociais, muitos dos grupos passaram a desenvolver um trabalho com grupos de mulheres dos setores populares. Nesse sentido, incorporaram às práticas dos grupos de conscientização feministas metodologias e técnicas desenvolvidas pela Igreja (principalmente nas Comunidades Eclesiais de Base) e outras organizações não governamentais para o trabalho com os setores populares (SARDENBERG, 2011).

## **OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA GÊNERO**

Cabe aqui lembrar que, para questionar sua situação subordinada, é necessário que as mulheres se conscientizem da existência de uma ideologia dita patriarcal, legitimadora da dominação masculina. Como ressalta Srilatha Batliwava (1994, p.131): “as mulheres têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça.” A “conscientização” das mulheres, portanto, é um passo fundamental, haja vista que a demanda para mudar não nasce “naturalmente” dentro de uma condição de subordinação. O que implica dizer que, nessas circunstâncias, o processo de empoderamento deve ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente.

Atualmente, fala-se muito de empoderamento de mulheres em programas e projetos de desenvolvimento. Todavia, em grande parte desses projetos, o modelo subjacente é o aqui identificado anteriormente como o

do ‘empoderamento neoliberal’, que coloca ênfase, sobretudo, em suposta ‘autonomia econômica’, como se participação em projetos de geração de renda fosse, por si só, uma atividade ‘empoderadora’. Ora, vários estudos têm demonstrado que, sem um processo paralelo de conscientização e de incentivo a ações coletivas, transformadoras, não se pode falar de empoderamento, pelo menos não em uma perspectiva ‘libertadora’ (CORNWALL, 2014; SARDENBERG, 2009).

É, pois, nessa direção que as técnicas desenvolvidas nos grupos de conscientização feminista da Segunda Onda têm servido de modelo para a organização de oficinas de sensibilização para gênero em diferentes programas e projetos voltados para mulheres das camadas populares. Trago aqui como exemplo minha experiência de trabalho no Programa de Valorização da Mulher, no Projeto Ponto Novo, trabalho realizado por uma equipe do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), com grupos de mulheres da zona rural no semiárido baiano. Desenvolvido nos anos 2000 e 2001, esse programa teve como objetivo sensibilizar comunidades rurais circunvizinhas à Barragem de Ponto Novo, no Estado da Bahia, para questões relativas às relações sociais de gênero, no sentido da promoção social da mulher.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O Programa foi desenvolvido pela equipe do NEIM com a intervenção da organização não governamental GEMDER - Gênero, Mulher e Desenvolvimento Regional, como parte das atividades do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH), desenvolvido pela Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), com recursos do Governo do Estado e Banco Mundial. O Programa de Valorização da Mulher foi implantado no Reassentamento Ponto Novo e em 03 (três) comunidades do entorno da Barragem de Ponto Novo, quais sejam: Várzea Grande, Sítio do Meio e Lagedinho. Envolveu também atividades de assessoria e acompanhamento da equipe técnica no desenvolvimento de ações na perspectiva de gênero; seminários de Sensibilização para Mulheres e oficinas de sensibilização para Gênero e Cidadania com grupos produtivos de mulheres; seminários de Sensibilização em Gênero para Homens, com a participação de cerca de 178 homens das comunidades envolvidas. Desenvolvemos também oficinas com jovens da região, além de produzirmos cartilhas sobre saúde, cidadania e direitos das mulheres para distribuição nas comunidades trabalhadas (SARDENBERG, 2016).

O projeto surgiu por exigência do Banco Mundial, que seguia as recomendações da Plataforma de Ação de Beijing, como também em virtude da destruição das hortas cultivadas pelas mulheres no entorno do que veio a se tornar a Barragem de Ponto Novo. Isso implicou o desaparecimento de fontes de emprego e de renda para as mulheres, ocasionando não apenas o empobrecimento das famílias atingidas, mas também um desequilíbrio maior nas relações de poder entre homens e mulheres, ao torná-las economicamente mais dependentes de seus companheiros. Ademais, no Reassentamento de Ponto Novo, o desequilíbrio se verificou também em virtude dos efeitos da dominação patriarcal na titulação das propriedades. A tendência a se colocar o título da propriedade sempre em nome do marido, mesmo em instâncias nas quais a mulher era a “agregada” e, portanto, a quem era “de direito” ter a propriedade da terra e das casas, desvalorizou – ou mesmo ‘desempoderou’ – as mulheres. Era, pois, necessário trabalhar no sentido de deslanchar um processo de empoderamento visando aumentar a autoestima das mulheres – ou seja, o “poder de dentro” – e, ao mesmo tempo, criar condições para que obtivessem maior autonomia econômica, organizando também as mulheres para ações coletivas.

Para tanto, trabalhamos com o cerca de 200 mulheres de quatro diferentes comunidades, desenvolvendo oficinas sobre “Gênero e Cidadania”, com grupos de 6 a 10 mulheres cada, realizadas em encontros mensais. Com o intuito de formar grupos produtivos e, ao mesmo tempo, trabalhar o “poder de dentro”, ao lado do “poder com” e do “poder para”, nos voltamos, inicialmente, para questões de valorização do trabalho das mulheres, com destaque para a oficina dos “Usos do Tempo”, na qual se registravam as atividades por elas desenvolvidas em um dia comum. Um grande relógio desenhado em papelão, mas com ponteiros móveis, era colocado no chão, as mulheres se sentavam conosco ao redor e descreviam as atividades desempenhadas por cada uma delas ao longo do dia.

Na socialização e discussão das atividades registradas em cada grupo, observou-se que embora houvesse variação no que tange ao horário específico de realização das tarefas a seu encargo, de modo geral, as mulheres das comunidades atendidas trabalhavam em média de 12 a 14 horas por dia, vendo-se empenhadas em amplo rol de tarefas, às vezes realizadas simultaneamente. Observou-se ainda que várias das mulheres também estavam engajadas em algum tipo trabalho remunerado “fora de casa”, o que implicava tripla jornada de trabalho para elas: atividades reprodutivas e produtivas no âmbito da família, além de trabalho remunerado. Isso explica o pouco tempo que lhes restava para o lazer. Este se restringia quase que tão somente a assistir novelas na televisão, muitas vezes enquanto realizavam alguma tarefa doméstica (costurar, passar roupa, etc) simultaneamente. Para as jovens solteiras, existia também a possibilidade de ir para a praça conversar com as amigas. Ficou patente, porém, que a carga mais pesada recaía nas jovens casadas, com filhos pequenos, que não tinham com quem dividir as tarefas domésticas.

A socialização do trabalho dos grupos nos permitiu, enquanto facilitadoras, ressaltar para a reflexão e ação coletiva: a importância do trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico; a invisibilidade do trabalho doméstico e, conseqüentemente, seu não reconhecimento enquanto trabalho pela família e pela sociedade em geral; a contribuição do trabalho doméstico na constituição da renda familiar a partir da identificação dos custos (preço) destas atividades quando realizadas no mercado de trabalho; e o trabalho das mulheres na roça, a importância da sua participação nas chamadas atividades produtivas.

Para trabalhar a conscientização em torno do “poder com” e “poder para”, noções fundamentais para o trabalho produtivo dos grupos e a organização de ações coletivas, introduzimos a dinâmica “Construindo um Carro de Boi”, voltada para a questão da organização e associativismo entre mulheres. Com tal intuito, solicitou-se a ajuda de duas das participantes para que indicassem as peças básicas que compõem um carro de boi,

arregimentando-se, dentre as demais mulheres, voluntárias para representarem essas peças, na construção imaginária do carro de boi. Após a montagem do carro, a facilitadora ia retirando “peças” da estrutura e perguntando o que aconteceria com esse carro na ausência de cada peça. Dessa maneira, procurou-se incentivar a discussão sobre a importância de cada uma na organização do trabalho em grupo, bem como ressaltar a questão da solidariedade, do compromisso, da responsabilidade e da confiança na constituição de qualquer atividade coletiva a ser desenvolvida pelas mulheres.

Cabe ressaltar que embora nossa equipe não tenha tido a oportunidade de acompanhar de perto os desdobramentos desse trabalho de conscientização nos grupos, sabemos que foram criados grupos produtivos de mulheres nessas comunidades, a maioria deles obtendo sucesso. Melhor ainda: durante a II Conferência Estadual de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia, realizada em Salvador em 2007, tivemos a alegria de encontrar algumas mulheres dessas comunidades – uma inclusive como “vereadora” – que participavam do importante evento como delegadas, representando seus municípios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante ao desmonte do patriarcado, diz bem Srilatha Batliwala (1994, p.132) ao afirmar: “A sociedade só é forçada a mudar quando mulheres estão mobilizadas e pressionando para a mudança.” Portanto, é certo que o processo de empoderamento deve se apoiar em um processo de conscientização e organização de mulheres para ações coletivas.

Os grupos de conscientização e ação da Segunda Onda funcionaram nesse sentido, sendo também possível nas oficinas de sensibilização para gênero, com o apoio do grupo e de uma facilitadora, desencadear o desenvolvimento de uma consciência crítica que mobilize as mulheres para a ação. Ressalta Batliwala, aliás, que a ação também conduz ao empoderamento. Nesse sentido, o processo de empoderamento não pode ser caracterizado como

linear, mas sim como espiral. Para ela, a espiral do empoderamento afeta todo mundo: o indivíduo, a facilitadora, o coletivo, a comunidade. Nas suas palavras: “Conscientizando, identificando áreas para mudança, planejando estratégias, atuando para mudança, e analisando a ação e os resultados que levam a estágios mais elevados de conscientização e a ações mais pontuais” (BATLIWALA, 1994, p.132).

Vale aqui lembrar que os avanços tecnológicos no campo das comunicações criaram espaços importantes para que esse processo se desenrole também ‘virtualmente’. As redes sociais, a exemplo do Orkut, Twitter e Facebook, têm se prestado como *sites* importantes de encontros virtuais e ‘conscientização’. Como ressalta Tracy Kennedy (2007), estudiosa da questão: “a internet é tanto um *site* de conscientização para a Terceira Onda como o encontro com *especulum* na sala de estar de alguém foi na Segunda Onda”. Para ela, os *blogs* e as redes sociais têm funcionado no sentido de uma “conscientização virtual feminista”, na medida em que facilitam uma interação relativamente próxima entre mulheres para trocarem vivências/experiências e, assim, abrem espaço para a articulação e organização de mulheres no sentido de uma transformação social.

Com efeito, muitas manifestações feministas são hoje articuladas por meio das redes sociais, a exemplo da chamada “Primavera das Mulheres”, com as marchas realizadas por todo o país em fins de 2015, lideradas por feministas em protesto ao PL 5.069/2013 (que criava toda sorte de dificuldades no atendimento às mulheres que sofreram violência sexual). Da mesma forma, também o movimento “Marcha das Vadias”, de amplitude nacional, ganhou atenção por meio das redes sociais. E não se há de esquecer das importantes campanhas virtuais, tais como o Projeto ‘Think Olga’, lançado em outubro de 2015 para estudar violência sexual no Brasil: em poucos dias, a *hashtag* ‘#primeiroassedio’, referente aos relatos de assédio sexual sofrido por mulheres, foi compartilhada 82 mil vezes.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2015/10/29/relatos-de-abuso-sexual-se-multiplcam-nas-redes-sociais-205844.php>

E não se há de esquecer da campanha #MeToo, também referente a relatos de assédio sexual, que vêm crescendo rapidamente nos Estados Unidos, propiciando a articulação de manifestações presenciais em várias cidades. É o que se denomina “Hashtag Feminism.”<sup>4</sup>

De fato, os movimentos feministas mudaram consideravelmente nas últimas décadas, sendo hoje raros os grupos que se encontram frente a frente, periodicamente, para compartilhar suas experiências de vivência do patriarcado (KENNEDY, 2007). Por isso mesmo, há que celebrar a retomada da prática de ‘*consciousness raising*’, em grupos presenciais, tal qual tem se verificado nos Estados Unidos, com grupos atuantes no movimento de mulheres contra o presidente Trump (CHIRA, 2017). Esse movimento tem deslanchado importante processo de empoderamento de mulheres no campo político, haja vista o notável crescimento de candidaturas de mulheres a postos eletivos naquele país.

## REFERÊNCIAS

- ALI, G. R. *Predicaments of Empowerment: women's experiences of change from northern Pakistan*. 2013. Dissertation (Doctorate in Social Sciences) - Univeristy of New South Wales, 2013.
- BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L.C. (Ed.). *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Boston: Harvard University Press, 1994.p.127-138.
- \_\_\_\_\_. Grassroots Movements as Transnational Actors: implications for global civil Society. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 13, n. 4, 2002.
- BRUERA, S.; GONZÁLEZ, M. *Las Mujeres y el Poder: aprendiendo de las prácticas políticas de las mujeres*. Montevideo: REPEM, 2006.
- CHIRA, S. From Raising Consciousness to Raising Hell. *New York Times*, 3 fev. 2017. Disponível em: <[https://www.nytimes.com/2017/03/02/opinion/sunday/from-raising-consciousness-to-raising-hell.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2017/03/02/opinion/sunday/from-raising-consciousness-to-raising-hell.html?_r=0)>. Acessado em: 27 out.2017.
- CORNWALL, A. *Women's empowerment: what works and why*. Finland: UNU-WIDER, 2014.
- DOBASH, R.; DOBASH, R. *Women, violence and social change*. New York: Routledge, 1992.
- FERGUSON, A. Can Development Create Empowerment and Women's Liberation? In: CENTER FOR GLOBAL JUSTICE WORKSHOP ALTERNATIVES DO GLOBALIZATION, 2004. *Paper presentation* . Disponível em:<<http://www.globaljusticecenter.org/papers/ferguson.htm>> . Acessado em 02 out. 2005.
- FIRESTONE, S. The Women's Rights Movement in the U.S.A. *Notes from the First Year*, 1968.
- FREEDMAN, J. *A New Era of Consciousness-Raising*. Boston University: [s.n.], 2014.
- FREEMAN, J. The Women's Liberation Movement: Its Origins, Structures, Impact, and Ideas. In: Freeman, J. (Ed.). *Women: a feminist perspective*. Palo Alto, California: Mayfield Publishing Company, 1975.
- GORDON, L. Translating Our Bodies, Ourselves. *The Nation*, 29 May 2008.
- HANISCH, C. The Personal is Political. *Notes from the Second Year: Women's Liberation*, 1970.
- HARTSOCK, N. Foucault on Power: A theory for women? In: LEIJENEAR, M. et al (Ed.). *The Gender of Power: a symposium*. Leiden: Kartens B.V ,1987a. p. 98-118.
- \_\_\_\_\_. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: Harding, S.G. (Ed.). *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Open University Press, 1987b. p.157-180.

---

<sup>4</sup> <https://twitter.com/hashtagfeminism>

- KABEER, N. Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the Third Millennium Development Goals. *Gender and Development*, v.13, n.1, 2005.
- LEÓN, M (Comp.). *Poder y Empoderamiento de las Mujeres*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1997. 259p.
- \_\_\_\_\_. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. *La Ventana*, n. 13, p. 94-106, 2001.
- MOSEDALE, S. Policy arena. Assessing women's empowerment: towards a conceptual framework. *Journal of International Development*, v.17, p. 243-257, 2005.
- MORGAN, R. (Ed.). *Sisterhood is Powerful*. New York: Vintage Books, 1970.
- OUTSHOORN, J. Power as a Political and Theoretical Concept in Second-Wave Feminism. LEIJENEAR, M. et al (Ed.). *The Gender of Power: A Symposium* Leiden: Kartens B.V., Leiden, p. 25-33, 1987.
- RAI, S. (Re)defining empowerment, measuring survival. In: WORKSHOP ON EMPOWERMENT: OBSTACLES, FLAWS, ACHIEVEMENTS, 2007, Canada. *Paper*. Canada: Carleton University, 2007.
- REDSTOCKINGS. Redstockings Manifesto. New York, 1969.
- ROMANO, J. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J. ANTUNES, M. (Org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.
- ROWLANDS, J. Empowerment Examined. In: EADE, D. (Ed.). *Development and Social Diversity*, p. 86-92, 1996.
- SARACHILD, K. Program for Feminist Consciousness-Raising. In: FIRESTONE, S. *Notes from the Second Year: Women's Liberation*, New York, 1970.
- \_\_\_\_\_. Consciousness-Raising: A Radical Weapon. In: REDSTOCKINGS. *Feminist Revolution*. New York: Random House, 1978. p.144-150.
- SARDENBERG, C. *Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective*. Brighton: Institute of Development Studies: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, 2009.
- \_\_\_\_\_. Considerações introdutórias às pedagogias feministas In: COSTA, A. RODRIGUES, A. (Org.). *Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais*. 2. ed. Salvador: UFBA/NEIM, 2011.
- \_\_\_\_\_. Gênero, Religião e Desempoderamento de Mulheres: o caso de plataforma, Bahia. In: ROSADO, M.J. (Org.). *Gênero, Feminismo e Religião*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- SARDENBERG, C.; COSTA, A.A. Feminismo, Feministas e Movimentos Sociais. In: BINGHEMER, M.C.; BRANDÃO, M. (Org.). *Mulher e Relações de Gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-114.
- SEN, G.; GROWN, C. *Development, crisis, and alternative visions: third world women's perspectives*. New York: Monthly Review Press, 1987.
- SHULMAN, A. Sex and Power: sexual bases of radical feminism. *Signs*, v. 5, n. 4, 1980.
- STROMQUIST, N. Education as a means for empowering women. In: PARPART, J. L.; RAI, S.M.; STAUDT, K. A. (Ed.). *Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world*. London: Routledge, 2002. p.22-38.